Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zero Hora **Class.:** 253

Data: 4 de abril de 1984 **Pg.:**

90

ÍNDIOS

Xavante ameaça acampar em frente ao Planalto

A comunidade indígena reivindica a colocação de um representante seu na diretoria da Funai

Por BEATRIZ DORNELLES
Sucursal Brasília/ZH

O cacique xavante Aniceto, de Mato Grosso, declarou, ontem, após a reunião do II Encontro Nacional de Povos Indígenas Brasileiros, que se o governo federal não der uma resposta, até sexta-feira, para seus pedidos, irá acampar, juntamente com os demais índios, em frente ao Palácio do Planalto. A comunidade indígena, reunida em Brasília, desde segunda-feira, quer a substituição do presidente da Funai; a reformulação do projeto de mineração, que permite a presença de empresas nas reservas indígenas; a reestruturação da Funai, colocando o índio em sua diretoria, e a mudança do Código Civil, no sentido de que considere o índio capaz e não relativamente capaz. Os quatro itens foram debatidos longamente, durante o dia de ontem, pelos indígenas que participam do encontro, que conta com a presença de índios do Peru e Venezuela.

Os oito índios caingangues, da reserva de Nonoai, no Rio Grande do Sul, ainda não sabem se ficam em Brasília, acompanhando o cacique xavente, caso não haja resposta para suas reivindicações, ou se voltam para o Sul. João Elias disse que prefere esperar até o final da tarde de hoje, para depois decidir se irá acampar no Palácio do Planalto. Ele tem esperança de que o presidente Figueiredo dê uma resposta positiva às suas exigências, principalmente com relação á troca do presidente da Funai, mesmo tomando conhecimento de que o ministro do Interior descartou essa possibilidade.

Acusações á Funai

Na tarde de ontem, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, diversos caciques e líderes indígenas se manifestaram, fazendo várias acusações à Fundação Nacional do Índio (Funai) e a representantes do órgão. Um cacique da Tribo Xerente disse que o ministro do Interior perdeu a moral, porque está fazendo sua campanha política envolvendo as terras dos índios.

Outro cacique, do Maranhão, falou que a Funai, em 1983, recebeu Cr$ 15 bilhões, mas os índios ficaram apenas com 13% deste dinheiro. Segundo ele, o restante foi gasto com o salário de funcionários da fundação, que recebem uma média de Cr$ 3 milhões por mês.

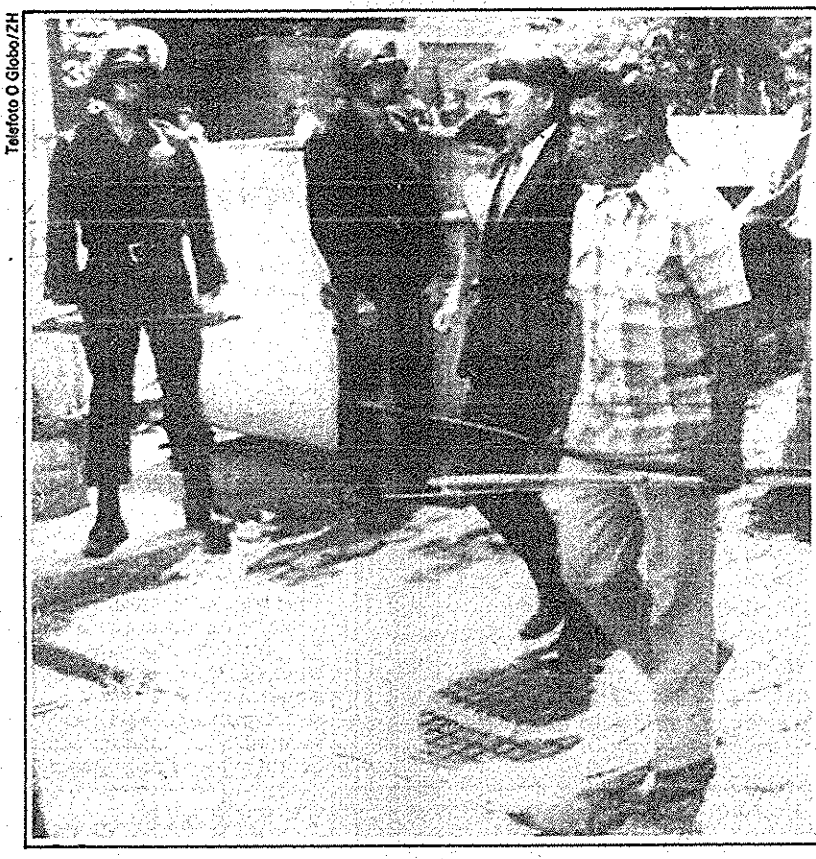
Outro índio de Manaus, da Tribo Xatalemaue, afirmou que o delegado da Amazonas é responsável pela morte de quatro índios e de um inválido. Contou, ainda, que uma firma francesa invadiu sua aldeia, na busca de petrcleo, e que após desistirem de explorar suas terras os indígenas da área encontraram mais de 60 dinamites na região. Como a Funai não acreditou na história dos índios, a tribo tirou fotografias e convocou a imprensa de Manaus para relatar o que estava acontecendo. Já o pagé guarani Agostini, de São Paulo, contou que em seu Estado há uma alta rotatividade de funcionários da Funai, sendo que cada um permanece no emprego, em média, uma semana. "O que ficou mais tempo permaneceu por nove meses no órgão e foi demitido porque estava ajudando os índios".

Projeto de emancipação

Outro assunto, bastante discutido e criticado pelos índios, é o projeto do deputado gaúcho, João Batista Fagundes, que representa o território de Roraima na Câmara, que quer a emancipação dos índios. Segundo alguns de seus líderes, a emancipação do índio significa que o branco irá desrespeitar ainda mais a raça e acabará de uma vez por todas de tomar suas terras. Para Paulo Miriacureu, de Mato Grosso, "chega de roubo contra as comunidades, chega de assassinatos cometidos contra as comunidades, como foi o caso da morte de Marçal de Souza, tupy-guarany. O governo tem é que proteger os índios deste país, que foram os primeiros donos desta terra, e a quem a sociedade deve muito".

Após o debate, que contou com a participação de diversos caciques, além de parlamentares que levaram apoio à comunidade indígena, os quase 500 índios que estão em Brasília dirigiram-se para as galerias do plenário da Câmara dos Deputados, para acompanhar de perto um pronunciamento, de improviso, feito pelo deputado Mário Juruna, coordenador do encontro. Em seguida, voltaram para seus acampamentos e, hoje à tarde, reúnem-se novamente no Auditório Nereu Ramos, onde farão o encerramento do II Encontro Nacional dos Povos Indígenas Brasileiros.

Telefoto O Globo/ZH



Deputado Mário Juruna (PDT) vai à sede da Funai com xavante armado de flecha. Soldados de choque da PM observam, concentrados, a movimentação

Fazendeiros discutem com a Funai

A reunião de ontem em Goiânia do presidente da Funai, Otávio Ferreira, com a Associação dos Fazendeiros do Xingu redundou num grande fracasso, segundo a avaliação de todos os presentes. O presidente da Funai encontrou-se, antes da reunião, com o presidente da Associação, Luís Carlos da Silva e Lima, e os dois elaboraram um documento que foi apresentado como síntese da reunião — que ainda não começara — entre a Funai e os fazendeiros. Na reunião sob os protestos dos fazendeiros, o presidente da Funai revelou o conteúdo do documento, que, num primeiro momento, não queria tornar público.

Para decepção geral, o documento não trazia nada que ajudasse a resolver os problemas da região. Os fazendeiros fizeram ver ao presidente da Funai que a questão dos índios era dela e não da Associação. Todas as intervenções desse tipo arrancaram aplausos dos presentes. Mas o presidente da Funai não adiantou, nem tampouco acerto providência alguma que ajudasse a resolver o impasse.

Ministério montou esquema de segurança para prevenir ataque

Por solicitação do Ministério do Interior, tropas de choque — companhia especial de operações da Polícia Militar — guardavam ontem os prédios do Ministério, Funai e Congresso Nacional. Desde as 3 horas, os policiais, munidos de cassetete, cães policiais, pastores e dobermans, circularam em toda a área. No prédio do Ministério, por volta das 10h30min, o policiamento deixou de ser ostensivo — a tropa resolveu se situar na garagem do prédio — e, no Congresso Nacional, os guardas guardaram maior distância quando começou o movimento de rotina.

Toda esta movimentação teve uma causa: os indígenas reunidos no Congresso Nacional, que, segundo informações, iriam "atacar" o prédio da Funai. Mas ninguém, nem o subchefe do Estado-maior da PM, coronel Sereno, bem como o chefe de gabinete do ministro do Interior, Luiz Carlos Urquiza Nóbrega, admitiram este motivo.

No Ministério, aliás, a assessoria do ministro Mário Andreazza e seu chefe de gabinete asseguravam que não fora feita nenhuma solicitação à Polícia Militar. "Esta é, certamente, uma iniciativa da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Nós não fizemos nenhum pedido", asseguravam. No entanto, o coronel Sereno garantiu que a movimentação ocorreu exclusivamente "por solicitação do Ministério do Interior e da Funai".

Ao tomar conhecimento do aparato militar, o deputado Mário Juruna, acompanhado do deputado Nadir Rosseti (PDT-RS) e de mais dois guerreiros xavantes, armados de flecha e borduna, partiram para a Funai na intenção de pedir explicações ao presidente do órgão e solicitar-lhe a retirada da polícia do prédio.

Otávio Ferreira Lima recusou-se a recebê-los e a reunião, que durou mais de duas horas, efetivou-se entre os dois deputados, o diretor do Departamento de Assistência ao Índio, Carlos Grossi, e o delegado da Polícia Federal Paulo Ribeiro. Em nenhum momento os policiais se atreveram a tentar retirar os dois guerreiros xavantes que ficaram com suas respectivas armas em frente á porta da sala em que se realizava a reunião.

Segundo Sidney Ribeiro, assessor de Imprensa da Funai, o presidente do órgão e o ministro Mário Andreazza solicitaram as tropas em virtude de um telefonema dado na última segunda-feira, por Mário Juruna a Ferreira Lima, informando-o de que os índios iriam á Funai para destituí-lo do posto, e também pela notícia publicada por um jornal local, dando conta da possibilidade de invasão.

O jornal publicou a notícia, mas Juruna negou terminantemente que tivesse informado a Ferreira Lima da invasão. "Se nós tivéssemos que invadir é claro que eu não o informaria disso", argumentou, depois da reunião, e explicou aos repórteres que "pelejou" para que a Funai retirasse a guarda, mas que Carlos Grossi lhe adiantara que só retiraria se ele se comprometesse juntamente com os índios de que não invadiriam a Funai.

"A Funai é nossa e a polícia deve ser colocada nos postos indígenas para defender os índios, não na Funai, para agredi-los quando eles vêm aqui falar sobre seus problemas graves", disse o deputado.

Na parte da tarde, Otávio Ferreira Lima viajou para Goiás para conversar com os fazendeiros do Xingu e encontrar uma forma de incorporar suas terras aos limites dos índios Txucarramae. Enquanto isso, o sertanista Sidney Possuelo mantém contato com as autoridades do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários para equacionar o problema.

Na Procuradoria

Depois de discutirem por toda a manhã, no Congresso Nacional, a questão das invasões de terras indígenas, o novo Código Civil que pretende tornar o índio totalmente incapaz e o Decreto 88.118, que dá atribuições ao Ministério de Assuntos Fundiários para demarcar as terras indígenas, substituindo a Funai, mais de 40 índios acompanharam Mário Juruna á Procuradoria Geral da República, onde falaram com o titular, Inocêncio Mártires Coelho.

Eles pediram a ajuda da Procuradoria para tornar, perante o Supremo Tribunal Federal, inconstitucional o Decreto 88.118 por julgarem que ele põe em risco o processo de demarcação das terras indígenas. Segundo os índios, a Comissão Interministerial que substituí a Funai no processo não vem demarcando suas terras desde que o decreto foi aprovado em janeiro de 1983.

Inocêncio ouviu-os atentamente e, ao final, comprometeu-se a proteger o patrimônio silvícola no que depender da Procuradoria, e garantiu-lhes: "Seus direitos não serão postergados, vou tratá-los com a maior seriedade".

"Um ser estável"

O sertanista Orlando Villas-Boas, que ontem fez uma palestra no Centro de Lazer SESC — Fábrica da Pompéia, para mostrar que o índio é "um ser estável, equilibrado emocionalmente, que se dá ao luxo de viver sem chefes", fez uma veemente defesa dos Txucarramae, afirmando que a área em disputa pertence "ao domínio indígena há centenas de anos".

— O índio está cheio de razão. Os 15 quilômetros que reivindicam devem ser reservados insofismavelmente para a tribo. Aquela faixa de terra compõe o mais interessante parque ecológico da América do Sul. É a transição da fauna e flora do Brasil Central e Sul para a hiléia amazônica, disse Villas-Boas.